

## Prefeito aciona Mesa da Constituinte para permanecer seis anos

O prefeito de Nova Iguaçu, Paulo Leone, do PFL, impetrou mandado de segurança contra a Mesa da Constituinte, visando à manutenção dos seis anos para o seu mandato e o do presidente José Sarney. A Comissão de Organização dos Poderes da Constituinte foi definida pelo advogado do prefeito, Marcelo Lima Bunhater, como instrumento coator, por ter definido em cinco anos, no seu relatório final, o mandato do presidente da República.

Em seu mandado de segurança, o prefeito iguaçuano, que antes de assiná-lo manteve contatos, por telefone, com o ministro Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL, contesta os poderes ilimitados da Constituinte, citando Pontes de Miranda. Esses poderes, diz Leone em seu mandado, "não podem excluir a existência de princípios supra-estatais ou estatais a que obedeça".

**O pulo do gato** — Em Brasília, um influente assessor do presidente da República destacou que o prefeito de Nova Iguaçu tomou uma iniciativa que Sarney não havia desprezado quando resolveu lutar contra a redução do seu mandato para apenas quatro anos. Só que o presidente, aconselhado pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, preferiu não precipitar as coisas.

O mandado de Leone foi distribuído ao ministro Oscar Corrêa, que será, assim, seu relator. O prefeito disse temer que os constituintes, na busca de fórmulas que permitam uma coincidência geral de mandatos, "venham, depois de tirar um ano ou dois do período de governo que Sarney conquistou no Colégio Eleitoral das indiretas, ao compor com Tancredo Neves a chapa da Aliança Democrática, a mexer com os executivos municipais".

Leone contestou no Rio que tenha recebido qualquer pedido de políticos ligados a Sarney para impetrar o mandado de segurança contra a Mesa da Constituinte: "Agi por minha livre iniciativa, porque sinto que se prevalecer o raciocínio de que os constituintes tudo podem, nenhum detentor de mandato eletivo estará a salvo de retaliações". Como os mandatos dos prefeitos eleitos em 15 de novembro de 1982 terminam em 31 de dezembro de 1988, o chefe do executivo de Nova Iguaçu não parece ter visado, realmente, a defesa de seus próprios interesses.

Nos corredores do Congresso, ontem, parlamentares ligados ao Centro Democrático, um movimento criado junto à representação do PMDB na Constituinte para evitar a eleição de um novo presidente, ano que vem, consideravam o mandado do político fluminense um achado. O próprio líder do Governo na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna, estava eufórico. Afinal de contas, o Palácio do Planalto ganhou, de graça, um instrumento que poderá servir, quando nada, para pressionar os que não querem Sarney no poder por cinco anos. É que se o STF conceder o mandado de Leone, o atual presidente vai além do mandato que autodefiniu em uma longa fala à nação, há um mês, aproximadamente.

## Municípios farão vigília para fazer incluir suas propostas na nova Carta

Insatisfeitos com as propostas aprovadas até agora na Constituinte sobre sistema tributário e autonomia municipal, cerca de 800 prefeitos de todo o país, reunidos no 13º Congresso Nacional de Municípios, decidiram que vão fazer "vigília cívica", em Brasília, durante o trabalho da Comissão de Sistematização — 15 de junho a 15 de julho — e a votação no plenário da Constituinte, para tentar incluir na nova Constituição as reivindicações aprovadas no congresso.

Os prefeitos, que se reuniram durante dois dias no Riocentro, pretendiam demonstrar sua insatisfação ontem mesmo, no encerramento do congresso, quando estava prevista a presença do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. No lugar de Ulysses, contudo, compareceu o deputado federal Mário Braga (PMDB-RJ), que combinou com os prefeitos uma ida a Brasília no próximo dia 30, para que eles entreguem o documento com suas reivindicações a Ulysses e ao relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral.

A substituição de Ulysses pelo deputado Márcio Braga não contentou alguns prefeitos, como o prefeito de Vitória da Conquista (BA), Hélio Ribeiro Santos, do PMDB. "Ele desprestigiou os prefeitos. Isso mostra a dificuldade que temos de conseguir alguma coisa. Se a gente não tem um deputado federal em Brasília, não consegue falar nem com um terceiro escalão de ministério." Revoltado, o prefeito de Andaraí (BA), Renato Costa Silva, do PFL, reclamava da mesma dificuldade: "Acho vergonhoso termos que ir a Brasília de pires na mão pedir que os deputados que nós elegemos nos ajudem. Os prefeitos se sentem traídos pelos constituintes que vêm aqui e têm coragem de dizer que a gente só consegue alguma coisa se fizer lobby."

No documento aprovado pelos prefeitos e que será entregue a Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral, os prefeitos, que conversaram com 15 constituintes durante o congresso, pedem uma definição mais clara das atribuições da União, dos estados e dos municípios. Eles consideram que a Comissão de Organização do Estado não define as competências governamentais, "o que pode levar a um sistema de concorrência dispendioso e improdutivo", segundo o presidente da Confederação de Municípios e prefeito de Juazeiro (BA), Jorge Hedaye.

A queixa maior dos prefeitos, contudo, é quanto à proposta de reforma tributária da Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

## General quer Congresso mais forte

SÃO PAULO — A opção pelo regime parlamentarista, até agora vitoriosa na Constituinte, é prematura para o Brasil, advertiu, ontem, em trajes civis e bem-disposto, o ex-todo-poderoso comandante da Escola Superior de Guerra, general da reserva Euclides de Oliveira Figueiredo Filho. O ideal, na opinião do militar, seria que a Constituinte mantivesse o presidencialismo — com maiores poderes ao Legislativo e autonomia ao Judiciário — e marcasse um prazo para o estabelecimento do parlamentarismo no país.

Um dos conferencistas do simpósio "Brasil: governo, negócios e mecanismos institucionais", promovido pela empresa de consultoria Business International do Brasil Ltda. para executivos de grandes empresas, o general Euclides Figueiredo, em entrevista, explicou que o Brasil não deve adotar o regime parlamentarista antes de criar bases sólidas de sustentação. A principal delas, ressaltou, é acabar com os cargos em comissão, para evitar que o Estado seja o maior empregador do país e que o Legislativo flutue ao "sabor do empreguismo desenfreado".

"Isso é essencial para a sobrevivência do parlamentarismo", afirmou.